



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

26/04/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Salário mínimo seguirá sem aumento real

Quinta (14), o presidente Bolsonaro enviou ao Congresso a proposta de reajuste para o salário mínimo em 2023. Segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), o Piso Nacional deve ser reajustado para R\$ 1.294,00. Caso seja confirmado, este será o quarto ano seguido sem que haja aumento real.

Segundo dados da consultoria IDados, com base na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), o salário mínimo pode alterar os ganhos e rendimentos de cerca de 30 milhões de trabalhadores.

Além disso, o Piso Nacional também serve como base para pagamento de benefícios do INSS, como aposentadorias e pensões. Esse reajuste de R\$ 82,00 representa 6,7%, que é justamente o INPC.

Apesar de querer apenas repor a inflação, caso o indicador seja diferente, o valor do salário mínimo deverá ser revisto. O Executivo tem até dezembro para definir.

Em janeiro, o Piso Nacional deveria ter sido de R\$ 5.997,14, o que corresponde a 4,95 vezes a mais que o salário mínimo vigente. Esse valor deveria ser o suficiente pra suprir os gastos com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e Previdência.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira-feira 26 de abril.

CAS debaterá correção monetária de débitos trabalhistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado fará uma audiência pública na próxima quinta-feira (28), às 10h30, para debater o PLS 396/2018 — projeto de lei que determina a correção de débitos trabalhistas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em vez da correção pela Taxa Referencial (TR). De acordo com o autor da proposta, senador Lasier Martins (Podemos-RS), o objetivo é preservar o poder aquisitivo desses valores.

Lasier afirma que o IPCA-E reflete de maneira mais fidedigna a variação do custo de vida da população, pois é calculado com base no custo de vida de famílias que ganham de um a 40 salários mínimos. Esse índice leva em conta despesas como moradia, alimentação, saúde, higiene pessoal, educação, transporte e vestuário.

O relator da matéria é o senador Paulo Paim (PT-RS). Em abril de 2019, ele apresentou relatório em que defende o projeto e argumenta que o IPCA-E "indiscutivelmente é o índice mais favorável aos trabalhadores". Paim também destaca que "a TR [Taxa Referencial] tem apresentado valores sistemática e significativamente inferiores aos da inflação medida pelo IPCA-E. Isso significa dizer que os créditos dos trabalhadores corrigidos por aquele índice têm uma perda real de valor ao longo do tempo".

Saiba mais em: CNTI, terça-feira-feira 26 de abril.

INSS começa a pagar décimo terceiro antecipado

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a pagar nesta segunda-feira (25) a antecipação do décimo terceiro.

Até 6 de maio, mais de 31 milhões de segurados receberão a primeira parcela, que será paga conforme o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS).

O extrato com os valores e as datas de pagamento do décimo terceiro está disponível desde a semana passada.

A consulta pode ser feita tanto pelo aplicativo Meu INSS, disponível para celulares e tablets, quanto pelo site gov.br/meuinss.

Quem não tiver acesso à internet pode consultar a liberação do décimo terceiro pelo telefone 135.

Nesse caso, é necessário informar o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e confirmar alguns dados ao atendente antes de fazer a consulta.

O atendimento telefônico está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 26 de abril.

Receita libera R\$ 180 milhões em lote de restituição da malha fina do IR

A Receita Federal abre nesta segunda-feira (25) a consulta ao lote de abril da malha fina do Imposto de Renda. As restituições serão pagas na próxima sexta-feira (29) para 210 mil contribuintes. O valor total de R\$ 180,5 milhões será depositado diretamente nas contas bancárias informadas ao enviar a declaração retificadora. O lote tem declarações enviadas no ano passado e também de anos anteriores. Para sair da malha fina, é preciso corrigir pendências identificadas pela Receita, como omissão de rendimentos.

Para saber se receberá o dinheiro neste lote, o cidadão deve acessar o site da Receita, clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". Nessa página, será preciso informar CPF e data de nascimento e preencher um captcha de confirmação.

Para quem tem restituição a receber, mas ainda não entrou em nenhum lote de pagamentos, é preciso consultar o extrato de processamento, para verificar se há pendências a serem corrigidas, por meio do portal e-CAC. O contribuinte também pode acessar o aplicativo da Receita Federal para dispositivos móveis.

Dentre os valores liberados, 40% são destinados a contribuintes com prioridades legais, como idosos, pessoas com deficiência física ou mental ou moléstia grave e contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

O pagamento da restituição é realizado por depósito na conta bancária informada na declaração de Imposto de Renda. Caso o crédito não possa ser realizado por qualquer motivo, os valores ficarão disponíveis para resgate no Banco do Brasil por até um ano.

A solicitação dos valores no Banco do Brasil pode ser feita pelo site ou pela Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

O contribuinte que não tiver resgatado os valores no Banco do Brasil, após o período de um ano, deverá requerê-lo pelo Portal e-CAC, acessando o menu "Declarações e Demonstrativos", "Meu Imposto de Renda" e clicando em "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 26 de abril.

Sem investimentos, Brasil perde terreno para outros emergentes

Sem investimentos suficientes para acelerar e dar competitividade à economia, o Brasil tem ficado para trás comparado a seus pares internacionais. De 1980 a 2019, o País investiu 49 vezes o volume de 1979. No mesmo período, considerando outras nações emergentes, o multiplicador foi de 249 na Índia; 202 na Coreia do Sul; e 66 na África do Sul. Já nos EUA, esse número foi de 81.

Os resultados explicam, em parte, o fraco desempenho econômico, a baixa produtividade e a menor competitividade brasileira nos últimos anos. Pior: há pouca expectativa de que esse quadro vá mudar no curto e médio prazos.

Levantamento da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) mostra que, em 1979, o Brasil investiu, em valores atualizados, R\$ 930 bilhões. Entre 1980 e 2019, o volume somou R\$ 45 trilhões.

Se o País tivesse seguido o caminho da Índia, por exemplo, o investimento teria superado R\$ 200 trilhões no período.

"Ficamos para trás. O Brasil deixou de investir trilhões de reais nos últimos anos, o que tem distanciado o País de outras nações", diz o diretor de Planejamento e Economia da Abdib, Roberto Guimarães. Segundo ele, se for aplicado o mesmo modelo com relação à produção industrial, o resultado será semelhante.

A produção industrial brasileira teria tido um adicional de R\$ 6,5 trilhões se tivesse crescido como a Coreia do Sul, entre 2010 e 2021. Com relação ao México, R\$ 5,1 trilhões, ou 2,9 vezes. Com relação à África do Sul, teríamos dobrado a produção.

"Temos batido na tecla de que tem de aumentar investimentos, mas o que temos visto é o investimento público desabar nos últimos dez anos." Um dos principais problemas, diz Guimarães, é que os governos não conseguem reduzir a despesa corrente e aí descontam nos investimentos. "O Orçamento previsto para este ano é um quarto do que foi há 15 anos."

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 26 de abril.